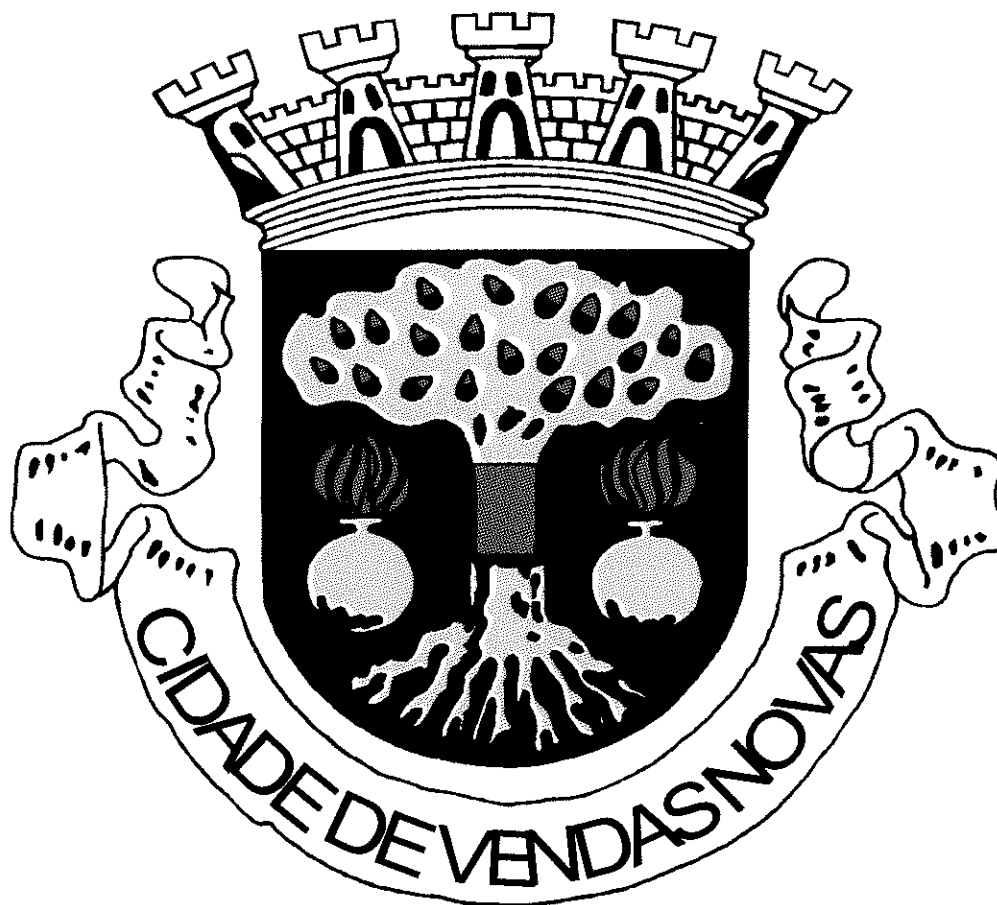


CÂMARA MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS



Ata da Reunião de 04 / 02 / 2015

Ata n.º 03 destinada a:



CÂMARA MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS

ATA N.º 03

Aos quatro dias do mês de fevereiro do ano dois mil e quinze na Sala de Sessões, Edifício dos Paços do Concelho desta cidade de Vendas Novas reuniu a Câmara Municipal tendo estado:

| | |
|------------------------|---|
| PRESIDENTE..... | LUÍS CARLOS PITEIRA DIAS |
| VICE-PRESIDENTE | ANA CARLA ARRANJA M. DE BARROS |
| VEREADORES | JOSÉ MARIA RODRIGUES FIGUEIRA |
| | PAULO ALEXANDRE V. CAÇOILAS |
| | ELSA CRISTINA N. DOS SANTOS CAEIRO |
| | SILVIA LEONOR C. SEATRA DOS SANTOS |
| | JOAQUIM MANUEL MARQUES B. SOEIRO |

A reunião foi secretariada pelo Chefe da DAF, Hélder Páscoa Fernandes.

ABERTURA OFICIAL DA REUNIÃO

Pelo Senhor Presidente foi declarada aberta a reunião eram 15 H 00.

1. Ponto – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

INFORMAÇÕES

Tomou a palavra o **Presidente** informando que no dia 24 de janeiro esteve presente na inauguração da exposição de fotografia de Jacinto Policarpo, que decorreu no Auditório Municipal e também na iniciativa do Agrupamento de escolas de Vendas Novas, Miss e Mister, que decorreu no Centro Sócio Cultural, no dia 27 recebeu os novos órgãos sociais da Associação de Dadores Benévolos de Sangue e no dia 28 participou numa reunião com o Comando dos Bombeiros Voluntários de Vendas Novas.

Interveio a **Vice-Presidente** dando conhecimento que, no dia 26 de janeiro, recebeu a Sr.^a Ana Cristina Batista, representante da Fundação Eugénio de Andrade, no dia 28 reuniu com o



CÂMARA MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS

LR

#

Professor Manuel Cabeça para preparar o seminário intitulado “O Lugar da Escola”, que se irá realizar nos dias 17 e 18 de abril, no dia 29 esteve presente numa reunião, no Centro Educativo, com o Agrupamento de Escolas e a Universidade de Évora, que vieram propor um projeto intitulado “Conheces o lugar onde vives”, a ser apresentado a toda a comunidade escolar e no dia 3 de fevereiro participou numa reunião com a empresa ITAU e o Serviço de Educação para fazer o balanço do fornecimento de refeições.

Tomou a palavra a **Vereadora Elsa Caeiro** referindo que no dia 24 de janeiro esteve presente na inauguração da Unidade de Cuidados Continuados Integrados de Canha.

Interveio o **Vereador Joaquim Soeiro** informando que no dia 2 de fevereiro esteve presente no Tribunal de Beja.

Interveio o **Vereador José Figueira** perguntando a que se refere o processo que o Vereador Joaquim Soeiro referiu, do Tribunal de Beja.

O **Vereador Joaquim Soeiro** informou que o referido processo tem a ver com o Bairro Wicander.

Tomou a palavra a **Vereadora Sílvia Santos** referindo que gostaria de ter alguma informação sobre os sem-abrigo, designadamente o que se passou para que tivessem mudado de espaço.

Tomou a palavra a **Vice-Presidente** informando que inicialmente pernoveram 3 sem-abrigo no local providenciado pela Câmara Municipal, mas a população começou a protestar sobre o comportamento destes 3 indivíduos. Informa que o executivo teve de resolver a situação, primeiramente com uma solução provisória, instalando aqueles jovens numa sala do Pavilhão Gimnodesportivo, onde estes também não cumpriram as regras básicas de comportamento em sociedade. Assim, o executivo voltou a falar com aqueles 3 indivíduos e a solução que foi encontrada foi instalá-los num contentor colocado junto à casa de banho do recinto do mercado mensal.

A Câmara deliberou por unanimidade, aprovar a introdução de dois novos assuntos no ponto do expediente da Ordem de Trabalhos, designadamente:

- Concurso público para adjudicação da venda de uma parcela de terreno destinada a construção urbana, lote 7, sito na Rua Francisco da Costa Gomes;
- Tolerância de ponto – Terça-feira de Carnaval.



LD

#

2. PONTO – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1 – Relatório do 2.º semestre de 2014 do Plano de Saneamento Financeiro do Município de Vendas Novas

Doc. 10/15

Presente Relatório de acompanhamento do Plano de Saneamento Financeiro do Município de Vendas Novas, respeitante ao 2.º semestre de 2014.

Tomou a palavra o **Presidente** apresentando o documento em causa e destacando que a Câmara Municipal cumpriu na íntegra o que estava no Plano de Saneamento Financeiro.

Interveio o **Vereador José Figueira** afirmando que, tendo em conta que se trata de um documento técnico e não político, o mesmo deveria falar no Plano de Consolidação Orçamental. Acrescentando que o teor do documento reforça a opinião dos Vereadores da CDU de que o desequilíbrio do Município é conjuntural e não estrutural.

A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com as abstenções dos vereadores José Figueira, Paulo Caçoilas e Sílvia Santos, aprovar o relatório e remeter o mesmo à apreciação da Assembleia Municipal.

2.2 – Regulamento do Orçamento Participativo de Vendas Novas

Doc. 11/15

Presente proposta de Regulamento do Orçamento Participativo de Vendas Novas.

Tomou a palavra o **Presidente** apresentando o documento e informando que este regulamento surge na sequência da primeira versão experimental realizada em 2014. Refere que este regulamento prevê que o Município apresente propostas, que serão analisadas e depois votadas.

A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos contra dos vereadores José Figueira, Paulo Caçoilas e Sílvia Santos, aprovar o Regulamento e remeter o mesmo à apreciação e votação da Assembleia Municipal.

Tomou a palavra o **Vereador José Figueira** apresentando a seguinte declaração de voto: “O voto contra dos Vereadores da CDU deve-se ao facto de com a proposta de regulamentação do chamado Orçamento Participativo estar-se a pretender regular a participação da população e a democracia”.

Interveio o **Vereador Joaquim Soeiro** apresentando a seguinte declaração de voto: “O Vereador eleito pelo PSD congratula-se por, no espírito da democracia e da transparência, o atual executivo dar a voz à população de Vendas Novas, de modo a poder participar realmente nos destinos e nos



LD

#

projetos que acham mais interessantes para o concelho. Congratula-se igualmente por nesta reunião da Câmara Municipal ter sido apresentado e votado o regulamento para tão nobre ato de democracia e participação dos cidadãos nos destinos do concelho.”

Tomou a palavra o **Presidente da Câmara Municipal** apresentando a seguinte declaração de voto. “Os eleitos pelo PS na Câmara Municipal congratulam-se com a tomada de decisão do órgão executivo de dar cumprimento à legislação em vigor, que estipula a necessidade de regulamentação da participação dos cidadãos, na vida e nas escolhas, também orçamental, dos organismos do Poder Local e congratula-se, ainda, com o facto de, com uma postura de humildade política, se afirmar com este projeto que ninguém nunca sabe tudo e que dar voz aos cidadãos é a melhor forma de os envolver e atrair à participação cívica, bem como à possibilidade de uma gestão mais aberta na condução dos destinos do Município de Vendas Novas”.

2.3 – Expediente

2.3.1 – Regulamento do evento “Seaside Night Run – Vendas Novas 2015”

Doc. 12/15

Presente proposta de Regulamento do evento “Seaside Night Run – Vendas Novas 2015”.

O **Presidente** apresenta o documento, falando da vertente social, pois está previsto um donativo à APAV.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de Regulamento.

2.3.2 – Marca “Bifanas de Vendas Novas – Alentejo”

- Presente Informação n.º 07/2015 do Gabinete da Apoio ao Desenvolvimento Económico relativamente ao pedido de utilização da marca “Bifanas de Vendas Novas – Alentejo”, pelo empresário em nome individual, Francisco Miguel L. Guerreiro Bento.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, emitir Parecer favorável.

- Presente Informação n.º 06/2015 do Gabinete da Apoio ao Desenvolvimento Económico a propor que a competência de autorizar e renovar a utilização da marca “Bifanas de Vendas



LD
#

Novas”, seja delegada no Sr. Presidente da Câmara Municipal, podendo este subdelegar na vereadora do respetivo pelouro, de forma a agilizar o processo de avaliação e decisão.

Tomou a palavra a **Vereadora Elsa Caeiro** referindo que esta proposta surge por uma questão de celeridade processual, por o regulamento exigir uma resposta em 10 dias e as reuniões da Câmara Municipal se realizarem de 15 em 15 dias.

Interveio o **Vereador José Figueira** afirmando que o fato de ser dada esta competência à Câmara Municipal, tinha a ver com a importância da marca em causa. Informa que os Vereadores da CDU entendem que esta competência não deverá ser retirada do coletivo.

Tomou a palavra o **Presidente** afirmando que enquanto Presidente da Câmara Municipal, tem de dar cumprimento ao regulamento, tal como a Câmara Municipal tem de dar o mesmo cumprimento. Informa que, caso a delegação de competências venha a ser aprovada, as decisões serão trazidas às reuniões da Câmara Municipal para conhecimento de todos. Refere que o que se coloca é o problema da celeridade, pois o regulamento prevê 10 dias para decisão, o que não se compagina com as reuniões da Câmara Municipal que são quinzenais.

A **Vereadora Elsa Caeiro** informa que não há qualquer alteração nos critérios, a única coisa que o executivo pretende é agilizar o processo

A **Câmara Municipal deliberou, por maioria, com as abstenções dos vereadores José Figueira, Paulo Caçóilas e Sílvia Santos, aprovar a proposta apresentada para a delegação de competências.**

2.3.3 – Protocolo com Junta de Freguesia de Vendas Novas – Cedência de Instalações

Doc. 13/15

Presente Informação n.º 05/2015 do Serviço de Intervenção Social, a propor a celebração de um Protocolo com a Junta de Freguesia de Vendas Novas, para cedência de instalações do Centro de Convívio da Marconi e do Posto Médico das Piçarras, para afetação ao desenvolvimento semanal de atividades de rastreio e aconselhamento, no âmbito de cuidados de saúde primários.

Tomou palavra a **Vice-Presidente** informando que com esta proposta o executivo pretende dar resposta à população mais isolada, ao nível de cuidados primários. Refere que o Município de Vendas Novas concorda com a proposta da Junta de Freguesia de Vendas Novas de chegar às populações mais isoladas com alguns cuidados de saúde.



Interveio o **Vereador José Figueira** referindo que esta matéria não se desliga da matéria do ponto seguinte, do Protocolo com a Casa do Povo e designadamente da utilização do Posto Médico das Piçarras. Afirma que a CDU, enquanto executivo, sempre defendeu que o Posto Médico das Piçarras deveria ser aberto pela ARS, pois foi esta que o encerrou e trata-se de uma matéria da sua competência. Por outro lado, afirma que os dois protocolos colidem, pois por um lado são cedidas instalações à Junta de Freguesia que terá que suportar a água e a luz e depois cede-se as mesmas instalações à Casa do Povo. Refere que não se percebe onde começam as competências de um e onde terminam as de outro, considerando que há qualquer coisa que não bate certo.

Tomou a palavra a **Vice-Presidente** afirmando que, quanto ao protocolo de cedência à Junta de Freguesia, é dito claramente que o Município de Vendas Novas assegura os custos com a água e a luz e a Junta de Freguesia tem de efetuar a limpeza das instalações quando as utiliza. Informa que a Junta de Freguesia protocolará com quem entender a prestação de serviços que pretende fornecer. Refere que o executivo entende que as Piçarras é a população que mais dista de Vendas Novas, que não tem qualquer tipo de serviços de saúde. Primeiro o executivo procurou perceber como é que o espaço estava cedido à Câmara Municipal, o que foi resolvido. Inicialmente, por esta ser uma competência da ARS, o executivo tentou com a referida entidade resolver este assunto, no entanto, esta entidade, por falta de recursos humanos, designadamente de enfermeiros, assumiu que não poderia dar resposta a esta questão a curto prazo. Assim, o executivo começou a diligenciar de forma a suprimir estas necessidades dando uma resposta mínima a esta população, ao nível de cuidados de enfermagem. Então, o executivo procurou junto das associações que têm enfermeiros nos seus quadros e a Casa do Povo tinha enfermeiros nos seus quadros que poderiam assegurar este serviço. Em paralelo, a Junta de Freguesia pretende dar uma resposta também ao nível dos cuidados primários, que complementará esta situação.

Interveio o **Vereador Joaquim Soeiro** afirmando que o argumento utilizado pelo Vereador José Figueira de “quem fecha, abre” não é a melhor forma de fazer política, nem de dar resposta às necessidades das populações. Se o motivo para os Vereadores da CDU votarem contra era a conflitualidade com a cedência de instalações, afirma que se os mesmos fizerem uma leitura mais cuidada poderão constatar que leram mal.

Tomou a palavra o **Presidente** referindo que este não será o único motivo da CDU, pois também foi referida a competência do Ministério da Saúde. Afirma que o executivo já resolveu outras questões, independentemente de não serem competências da Câmara Municipal, pois se existe um



LD
H

problema básico para resolver e se a Câmara Municipal o pode resolver, resolve, não se limitando a esperar que alguém o resolva. Afirma que o executivo procura sempre encontrar as parcerias ideais para cada uma destas necessidades. Refere que também se pode anunciar a reabertura do Posto Médico das Piçarras, não pelo Ministério das Piçarras, de quem era a competência, mas pela Câmara Municipal, que não vai ficar de braços cruzados à espera que algo aconteça.

Interveio o **Vereador José Figueira** clarificando que por coerência, considera que esta competência é da ARS e como tal não colhe a argumentação desta entidade. Afirma que a questão de fundo é que nas Piçarras irão atuar duas entidades para prestar o mesmo serviço, que irá gerar confusão para as populações. Considera que não faz sentido os responsáveis não fazerem nada para resolver o problema existente.

Tomou a palavra a **Vice-Presidente** considerando que não há confusão nenhuma, pois em vez de se ter a porta aberta uma manhã, irá estar aberta duas manhãs, até porque quando há problemas as pessoas podem ter mais do que uma entidade a prestar o mesmo serviço. Afirma que o facto é que as pessoas irão dispor de mais um serviço que não tinham.

Interveio o **Presidente** afirmando que até pode aceitar os argumentos apresentados quanto à complexidade de funcionamento em simultâneo, no entanto, quanto ao princípio, não compreende como é que alguém que se diz de esquerda pode pensar dessa forma. Refere que se orgulha de dizer que algumas pessoas que têm médico pelo facto da Câmara Municipal ter resolvido esse problema, ou das pessoas que puderam deixar de ir a Montemor-o-Novo para fazer fisioterapia. Não sendo a saúde uma competência das Câmaras Municipais, que estão sufocadas financeiramente, o facto é que as pessoas precisam destes serviços e a Câmara Municipal tem de priorizar a sua atividade face ao que efetivamente faz falta às suas populações.

Tomou a palavra o **Vereador Joaquim Soeiro** concordando que a obrigatoriedade não é da Câmara Municipal, no entanto, considera que a diferença está na atitude e para o executivo não basta dizer que a culpa é dos outros e não se fazer nada. O executivo diz que a responsabilidade é de outros, no entanto, trabalha no sentido de resolver os problemas. Relativamente ao facto de serem duas instituições, quando se trata de trabalhar em prol das populações, considera que esse não é problema nenhum.

Interveio o **Vereador José Figueira**, afirmando que não pode aceitar o que foi dito, como se a CDU, que construiu um Centro de Saúde de raiz, não fizesse nada pela saúde de Vendas Novas e quando também lutou pelo não encerramento do referido Centro de Saúde. Quanto à questão



LD
#

concreta, afirma que não se pode misturar a questão do médico e do fisioterapeuta com esta questão. Refere que se trata de uma questão de princípio e continua a dizer que estes protocolos em simultâneo não fazem sentido, considerando que fazia mais sentido fazer um protocolo tripartido. Espera que a Câmara Municipal não diga posteriormente que não assumiu alguma das suas competências porque teve de exercer outras que não são da sua competência.

Tomou a palavra o **Presidente** afirmando que uma coisa é certa, o executivo não conseguiria fazer o que quer que fosse se continuasse a adotar a estratégia financeira do anterior executivo. O executivo sabe o que está a fazer e também sabe o que foi feito no passado, afirmando que mais importante do que ter o Centro de Saúde a funcionar, é tê-lo a funcionar bem. Refere que mais do que reivindicar é importante negociar e resolver os problemas da população. Considera que não há nenhuma confusão por haver dois protocolos, pois as duas entidades têm projetos próprios com definições claras das suas competências. Afirma que efetivamente o executivo não se dá por satisfeito mas continuará a lutar para que o Posto de Saúde das Piçarras venha a abrir com cuidados médicos.

Interveio a **Vice-Presidente** afirmando que não há nenhuma confusão por serem duas entidades, pois sendo duas entidades de Solidariedade Social, este tipo de instituições não podem concorrer entre si, nem isso faz sentido, o que podem e devem é cooperar entre si.

Tomou a palavra o **Vereador José Figueira** esclarecendo que a CDU não levantou qualquer questão sobre quem vai prestar o serviço, a questão que colocou tem a ver com o fato de ser a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia.

Interveio o **Vereador Joaquim Soeiro** afirmando que se ficou a saber que a CDU não votou a favor, pois por princípio não o pode fazer. Refere que o Vereador José Figueira para conseguir justificar a sua posição, até falou na questão do encerramento do Centro de Saúde. Afirma que todos sabem que todos os que se encontram presentes estiveram na primeira linha contra o encerramento do Centro de Saúde. Afirma que o que está em causa é se se resolve ou não o problema das populações e o executivo quer fazê-lo e, ao que parece, a CDU não o quer.

A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos contra dos vereadores José Figueira, Paulo Caçoilas e Sílvia Santos, aprovar a proposta apresentada.

Tomou a palavra o **Vereador José Figueira** apresentando a seguinte declaração de voto: “A CDU sempre defendeu e exigiu a criação e abertura, pelo Ministério da Saúde/ARSA lentejo, do Posto Médico das Piçarras, com um serviço de médicos e enfermeiros, que em tempos foi encerrado



LD
#

pelo Ministro da Saúde, afetando ao longo dos últimos anos a população deste aglomerado. O objeto de cedência e o uso inscrito nos protocolos dos pontos 2.3.3 e 2.3.4 no que diz respeito ao Posto Médico das Piçarras, envolvendo duas entidades distintas, são, na opinião dos Vereadores da CDU, contraditórias, quanto à atividade que se procura desenvolver, não se vislumbra de forma clara onde se iniciam e terminam as competências da Câmara Municipal e as competências da Junta de Freguesia de Vendas Novas”.

Interveio o **Vereador Joaquim Soeiro** apresentando a seguinte declaração de voto: “O Vereador eleito pelo PSD congratula-se pelo atual executivo ter tido o engenho de dar resposta a uma necessidade urgente das populações do concelho, dada a incapacidade do Ministério da Saúde, pois primeiro estão as pessoas e depois estão as reivindicações junto do Ministério da Saúde”.

2.3.4 – Protocolo com Casa do Povo de Vendas Novas de Vendas Novas – Cuidados de Saúde Primários **Doc. 14/15**

Presente Informação n.º 04/2015 do Serviço de Intervenção Social, a propor a celebração de um Protocolo com a Casa do Povo de Vendas Novas, para regular os termos da parceria a desenvolver no âmbito da resposta a prestar, na área dos cuidados de saúde primários à população das Piçarras.

A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos contra dos vereadores José Figueira, Paulo Caçóilas e Sílvia Santos, aprovar a proposta apresentada.

2.3.5 – Proposta de isenção de pagamento de tarifa a família carenciada

Presente Informação n.º 06/2015 do Serviço de Intervenção Social, a propor a isenção do pagamento da tarifa de utilização de viatura municipal, no valor estimado de 32,02 € (valor sem IVA), ao agregado familiar de Cláudia Sofia Revés Caetano, face à situação de carência económica e fragilidade social, para a mudança dos seus bens para a atual habitação.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a isenção do pagamento da tarifa de utilização de viatura municipal, estimada no valor de 32,02 €.

2.3.6 – Proposta de realização de Feira do Livro Usado

Presente Informação do Serviço de Cultura e Biblioteca a propor que, nas edições da feira do livro usado a decorrer no ano de 2015, seja cobrado o valor de um euro pela venda dos livros do Município que integrem esta feira.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta, incluindo a fixação



LD

#

do preço de 1 € por cada livro.

2.3.7 - Águas e Saneamento

Ricardo José Vaqueirinho Mendes, residente na Rua do Ganhão, lote C, em Vendas Novas, solicita o pagamento das faturas de água n.ºs 58799, 65473 e 72135, no valor total de 47,15 €, referente ao consumidor n.º 8279 da instalação localizada na Rua do Ganhão, Lote C, em 5 prestações mensais, e as faturas n.ºs 56743, 63419 e 76762, no valor total de 181,79 €, referente ao consumidor n.º 7818, em 5 prestações mensais, em virtude de não ter disponibilidade financeira para o pagamento da totalidade das referidas faturas. Presente informação n.º 5/2015, de 22 de janeiro de 2015, do Centro de Atendimento Público, dando conhecimento que, se o Município entender deferir o solicitado, devem ser anuladas as referidas faturas e o requerente irá pagar cinco prestações de 9,43 € cada, com início em fevereiro e fim em junho de 2015, referente ao consumidor 8279 e uma prestação no valor de 36,35 € e quatro no valor de 36,36, com início em fevereiro e fim em junho de 2015, referente ao consumidor 7818.

A Câmara Municipal deliberou, unanimidade, aprovar o solicitado, de acordo com a informação n.º 5/2015 do CAP, de 22 de janeiro.

2.3.8 – Transmissão de Contrato de Arrendamento

Maria Rita Pereira, residente na Rua General Vasco Gonçalves, Bloco 15, r/c esq.º, em Vendas Novas, vem comunicar o óbito do seu companheiro e solicitar que seja transmitido a seu favor o direito ao arrendamento do prédio sito no Bairro General Vasco Gonçalves, Bloco 15, r/c esq., em Vendas Novas. Presente Parecer n.º 02-AV/2015 do Gabinete Jurídico, referente ao referido processo.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a transmissão do contrato de arrendamento, de acordo com o Parecer n.º 02-AV/2015 do Gabinete Jurídico.

2.3.9 – Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vendas Novas

A Presidente da Direção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vendas Novas, solicita a cedência do Auditório Municipal, para a realização de um Espetáculo de Revista



LR
#

à Portuguesa, no dia 27 de fevereiro de 2015, para angariação de fundos para aquela Associação. Presente, também, informação do Chefe da DAF a estimar em 364,68 € o valor das taxas a cobrar pela referida utilização.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o solicitado, cedendo o auditório e isentando o pagamento das respetivas taxas no valor de 364,68 €.

Não participaram na presente discussão e votação a Vice-Presidente e o Vereador Joaquim Soeiro, tendo-se ausentado previamente da sala, de harmonia com o disposto no n.º 6 do art.º 90 da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A / 2002 de 11 de Janeiro por se considerarem impedidos.

2.3.10 - Concurso público para adjudicação da venda de uma parcela de terreno destinada a construção urbana, lote 7, sito na Rua Francisco da Costa Gomes Doc. 15/15

Presente proposta para abertura de concurso público para adjudicação da venda de uma parcela de terreno destinada a construção urbana, lote 7, sito na Rua Francisco da Costa Gomes, com as respetivas peças concursais.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a abertura de concurso público, as respetivas peças do procedimento e a nomeação do júri do concurso.

2.3.11 - Tolerância de ponto – Terça-feira de Carnaval

Presente proposta para concessão de tolerância de ponto aos trabalhadores da Câmara Municipal de Vendas Novas na terça-feira de Carnaval.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada.

2.3.12 – Sentença de Declaração de Insolvência da Sociedade do Parque Industrial de Vendas Novas

Presente processo remetido pela Comarca de Évora relativamente à insolvência da Sociedade do Parque Industrial de Vendas Novas – Urbanização, Gestão e Formação, Lda.

Tomou a palavra o **Presidente** informando que foi declarada a insolvência da Sociedade do Parque Industrial de Vendas Novas, a pedido de José Afonso Alvito, face a créditos que tinha



LR
#

perante a referida sociedade. Refere que a sentença reconheceu a situação de insolvência da Sociedade do Parque Industrial de Vendas Novas e como tal decretou a mesma, sendo que esta situação foi reconhecida pela Assembleia Geral da referida Sociedade para não agravar a situação. Informa que a Câmara Municipal já pediu uma reunião ao Administrador da Insolvência, para analisar esta questão, sendo certo que para a Câmara Municipal o Parque Industrial não se esgota na Sociedade do Parque Industrial.

Interveio o **Vereador José Figueira** perguntando quem foram os sócios que estiveram presentes na referida Assembleia Geral da Sociedade do Parque Industrial de Vendas Novas. Refere que também estranha que na sentença se fale de um passivo manifestadamente superior ao ativo e que se diga que o património é escasso e onerado, quando em 2012 e 2013 pelo ROC, TOC e BES, o património da referida Sociedade era avaliado em cerca de 3 milhões e 367 mil euros, ou seja, muito superior ao passivo, estranhando a declaração do Tribunal sobre esta questão. Afirma que também o preocupa a questão do Plano de Pormenor, que está aprovado e que não foi publicado, classificando como rústicos terrenos que são industriais, prejudicando assim o património que está a ser avaliado, não sabendo se essa questão foi comunicada ao Tribunal.

Tomou a palavra o **Presidente**, afirmando que este é um problema que se arrasta há mais de 8 anos. Esclarece que não pode dar a informação de quem estava na Assembleia Geral, no entanto, irá informar-se e dará essa informação numa futura reunião. Relativamente à avaliação do património, refere que uma coisa é o que nós dizemos que vale e outra coisa é o que efetivamente vale e avaliar em 30 €/m² não é nada por baixo, muito pelo contrário, é bastante acima até face aos concorrentes, quer de outros concelhos, quer de outros proprietários do Parque Industrial. Quanto ao Plano de Pormenor, sabe que houve novidades na presente semana, mas pode informar que este Plano de Pormenor foi submetido às entidades competentes neste mandato, por isso o executivo tem todo o interesse em ver a situação resolvida.

Sobre o Plano de Pormenor, interveio a **Vereadora Elsa Caeiro** informando que todas as entidades deram parecer positivo menos o ICNF, que defendia a obrigatoriedade de Avaliação de Impacto Ambiental, o que o executivo contestou, pois a legislação é posterior. Refere que numa primeira instância a CCDRA não aceitou, o executivo rebateu e agora a CCDRA veio reconhecer a não necessidade da Avaliação de Impacto Ambiental, pelo que se irá remeter esta decisão para o ICNF e solicitar uma reunião.



LD
JF

Tomou a palavra o **Vereador Joaquim Soeiro** afirmando que não quer colocar em causa a competência de qualquer Tribunal, acreditando que os valores que estão no documento são os valores reais. Refere que estão identificadas as dívidas e é dito que ninguém põe em causa estes montantes.

Interveio o **Vereador José Figueira** referindo que o Vereador Joaquim Soeiro fez afirmações com as quais não concorda, afirmando que apenas questionou quem se encontrava na Assembleia Geral. Depois fez um comentário ao texto, designadamente face à avaliação do património, não tendo colocado em causa o que estava no documento.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Ausentou-se da sala a Vereadora Elsa Caeiro por razões de ordem profissional.

2.3.13 – 1.ª Alteração ao Orçamento, PPI e PAM

Presente, para conhecimento, a 1.ª Alteração ao Orçamento, PPI e PAM de 2015.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

2.3.14 – Informação sobre arrecadação de impostos no ano de 2014

Presente informação do Chefe da Divisão Administrativa e Financeira com a informação solicitada pelos vereadores da CDU, relativamente à arrecadação de impostos no ano de 2014.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

2.3.15 - Resumo Diário da Tesouraria

Presente o **Resumo**, respeitante ao dia 3 de fevereiro cujo saldo é 493.297,86 € correspondendo 353.007,91 € a Dotações Orçamentais e 140.289,95 € a Dotações não Orçamentais.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.



LD
#

Obras – Licenciamento

Com base nos pareceres emitidos pelas entidades intervenientes, bem como pelos técnicos municipais, foram presentes os processos a seguir referenciados e que mereceram as seguintes deliberações:

- **Proc. n.º 45/14 Reqº n.º 28/15**, de Amaro, Lagartixa & Candeias - Supermercados, Lda, presente projeto para deliberação final respeitante à construção de um edifício de r/c para instalação de um supermercado, sito na Rua S. João de Deus, em Vendas Novas.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o solicitado de acordo com o Parecer do Chefe da DAUA, de 21 de janeiro de 2015.

3. PONTO – Período de Intervenção Aberto ao Público

Interveio a **Senhora Sílvia Morganheira** da AICVN, referindo que gostaria de saber, em relação ao Posto Médico das Piçarras, qual é o valor, o serviço e a duração do protocolo. Afirma que desde 2008 que a população das Piçarras tem uma resposta local em matéria de cuidados de saúde primários, em Protocolo com a Junta de Freguesia de Vendas Novas, que apoia outras atividades. Refere que todas estas atividades contribuem para a promoção da saúde e prevenção da doença. Este protocolo está integrado no Centro Comunitário da AICVN, com uma série de serviços prestados há 7 anos em parceria com o Grupo Desportivo das Piçarras. Afirma que o Presidente da Câmara Municipal, com o Protocolo apresentado na presente reunião, está a colocar as instituições umas contra as outras, considerando que o Presidente tem a obrigação de justificar a questão do porquê deste protocolo, quando já existe um serviço gratuito à população, disponibilizado pela AICVN. Afirma que o Presidente da Câmara Municipal tem de explicar porque não respondeu e mentiu à AICVN e não protocolou esta atividade com a AICVN, considerando que isto é tratar mal uma instituição.

Tomou a palavra o **Presidente** pedindo que a Sr.ª Sílvia Morganheira coloque a questão que pretende colocar, de forma concreta.

A **Senhora Sílvia Morganheira** refere que foi dito que o serviço não existia, no entanto, isso é mentira, uma vez que o serviço já existia há 7 anos.



CÂMARA MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS

Interveio o **Presidente** afirmando que a AICVN não é dona das Piçarras e a Câmara Municipal é legitimada pelos cidadãos, para tomar as decisões que entender. Refere que não há duplicação de verbas, a Câmara Municipal aprova o protocolo, não podendo falar pela Junta de Freguesia. Quanto ao facto da Câmara Municipal virar as contas, afirma que a AICVN foi a entidade mais apoiada em termos de logística em 2014. Refere que se há ilegalidade, existem locais próprios para elas serem apresentadas.

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

Para que as deliberações possam ter efeitos imediatos, foi elaborada uma minuta, que depois de lida e colocada à votação, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, **foi aprovada, por unanimidade.**

FORMA DE VOTAÇÃO

Todas as deliberações tomadas na presente reunião foram objecto de votação nominal.

CONCLUSÃO DA ATA

E, não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal encerrada a reunião eram 17 H 20 sendo a presente ata assinada pelo Sr. Presidente, Luís Carlos Piteira Dias e por mim, Hélder Páscoa Fernandes, na qualidade de Chefe da DAF, que a redigi e lavrei. Os documentos identificados na presente ata são arquivados no maço de documentos respeitantes ao ano de 2015.

O Presidente da Câmara Municipal

O Chefe da DAF

Vendas Novas, 4 de fevereiro de 2015



CÂMARA MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS

Aprovada, por unanimidade, na reunião realizada em 08/07/2015.

O Presidente

Os Vereadores

Ana Carla Arranja M. de Barros
José Maria Rodrigues Figueira
Paulo Alexandre Valentim Caçoilas
Elsa Cristina N. dos Santos Caeiro
Sílvia Leonor C. Seatra dos Santos
Joaquim Manuel Marques B. Soeiro